

Não pretendo apresentar aqui um estudo exaustivo, mas apenas uma observação instrutiva a respeito dos mandamentos do amor a Deus e ao próximo, tais como se apresentam nos textos bíblicos. O assunto parece relevante com vistas à atitude moderna de pensar que a solidariedade humana realize a missão que Jesus confiou a seus discípulos, sem necessidade de uma atenção específica para o que chamamos Deus.

\*\*\*

Quando perguntaram a Jesus qual era, no seu ensinamento, o maior mandamento, ele, mineiramente, citou dois: o amor a Deus e o amor ao próximo (Mc 12,28-34; Mt 22,34-40; cf. Lc 10,25-28). Conforme Mc 12,31, Jesus declarou que “mandamento maior do que estes dois não há”. Conforme Mt 22,39, o segundo é semelhante ou igual ao primeiro. Lc 10,27 cita os dois em um só fôlego, como se fossem inseparáveis. Observemos, de passagem, que, em outra oportunidade, Jesus mostrou a seus discípulos uma outra chave-mestra para cumprir a Lei, a “regra de ouro”: fazer aos outros tudo o que se gostaria que fizessem à gente (Mt 7,12). O contexto original desta “regra de ouro” como do duplo mandamento do amor pode situar-se nas discussões entre Jesus e/ou os primeiros cristãos, por um lado, e os rabinos da comunidade judaica, por outro. Os textos rabínicos recordam outras discussões do mesmo gênero, onde o rabino ensina um mandamento supremo, um mandamento-chave. Confrontados com a tradição que distinguiu nada menos que 613 preceitos e proibições a serem observados, os discípulos de Jesus desejavam receber de seu mestre uma semelhante “chave-mestra da Lei”. Mais tarde, a comunidade certamente travou discussões comparando seu ensinamento com o dos outros mestres judaicos, sobretudo da tendência farisaica, e também com a “filosofia” que lhe chegava do mundo helenístico.

## SEMÂNTICA BÍBLICA DE “AMAR” E “LEI/MANDAMENTO”

Antes de percorrer os textos, convém explicar brevemente o significado e as conotações de dois termos-chave de nossa pesquisa: amar e mandamento.

“Amar”, *ahab* em hebraico, tem em primeiro lugar o sentido de *aderir* a alguém. Quando os judeus de Alexandria, por volta de 200 aC, traduziram a Bíblia para o grego (a Septuaginta), usaram um termo quase inusitado no grego profano, mas que lembra o som do hebraico *ahab* (amar) ou *ahabá* (amor): *agape*. Não se trata de um amor qualquer, como o amor de amizade (*filein*) ou o amor erótico (*eros*, verbo *eran*), tão valorizado pelos gregos. Trata-se de um amor *sui generis*, uma adesão por opção, como se tem em primeiro lugar para Deus e, de maneira análoga, também para as pessoas humanas. O que é muito significativo, como veremos.

“Mandamento” corresponde principalmente a dois termos principais do hebraico bíblico: *mitswá* e *torá*, embora o Sl 119 contenha ainda muitos outros sinônimos. *Mitswá* é o que “sai da boca” (de Deus, do rei etc.), a ordem dada. *Torá*, de *yarah*, ensinar, significa uma instrução, uma orientação para a vida. É sobretudo este termo que indica a percepção própria que os israelitas têm da Lei, a ponto de “Torá” se tornar o termo que resume todas as instruções para a vida na justiça de Deus segundo a tradição e Escritura de Israel. Os mandamentos individuais podem assim ser indicados como instruções ou ensinamentos, *torot*. A Lei no seu conjunto e os mandamentos individuais são percebidos, pelos justos e piedosos de Israel, não como um peso, uma ditadura, mas como uma orientação, um alívio em meio à insegurança, uma luz (Sl 119,105), um caminho de vida (Sl 119,3.14.27). O grego da Septuaginta não corresponde totalmente à semântica hebraica: *torá*, no singular, é traduzido principalmente por *nomos*, “lei” (a lei cívica ou civil, sinal de civilização). Perde-se o caráter pedagógico, orientativo que se esconde na palavra *torá*. As expressões *torot* / *mitswot*, preceitos individuais, foram traduzidas por *entolé*, “ordem a ser cumprida” ou “mandato, mandamento”.

## OS MANDAMENTOS DO AMOR A DEUS E AO PRÓXIMO NA BÍBLIA

O *mandamento do amor a Deus* encontra-se, em primeiro lugar, no *shema' Israel*, o texto de Dt 6,4-5 que fazia parte da oração diária do judeu piedoso: Jesus não procurou muito longe para dar uma resposta ao rabino que lhe perguntou pelo “primeiro mandamento” (conferir Mc 12,28). O mandamento do amor a Deus se refere à Aliança, pela qual Israel se torna a propriedade peculiar de Deus no meio dos outros povos (que também pertencem a ele, observará a teologia ulterior, mas não o sabem e, por vezes, não o querem saber...). “Escuta, Israel, Yhwh nosso Deus é o Senhor, o Um [= único e indiviso]. Amarás Yhwh, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todas as tuas forças” (Dt 6,4-5). São estas as palavras que o israelita deve ter presente sempre (Dt 6,6-9). Este mandamento ensina portanto a total e indivisa adesão a Yhwh, tanto no culto (o monoteísmo javista) como na observância das regras morais (o Decálogo etc.), que são as normas de comportamento da “gente de Deus”. Amar tem aqui seu sentido primeiro de *aderir*, conforme o gênio da língua hebraica.

O *mandamento do amor ao próximo* encontra-se em Lv 19,18. Neste contexto, mais especificamente na “Lei da Santidade” que abrange Lc 17-26, o termo amar é estranho. Ocorre somente em 19,18, “amarás o teu próximo como a ti mesmo”, e no verso 34 do mesmo capítulo, “ao migrante que mora entre vós tratá-lo-ás como a um nativo [de Israel]: amá-lo-ás como a ti mesmo”. Os dois preceitos são

complementares: o israelita deve, certamente, amar seu “próximo” (= compatriota, *rêa*) como também o “migrante” (*gêr*), ou não-israelita morando no meio dos israelitas. Trata-se de um comportamento que hoje talvez traduziríamos por “mostrar solidariedade”. O acréscimo “como a ti mesmo” é um reforço, que significa: sua vida tem para ti igual valor que a tua própria vida! A melhor ilustração, no Antigo Testamento, desse amar “como a si mesmo” encontramos-na na história de Davi e Jônatas, onde a expressão ocorre repetidas vezes para qualificar a amizade e solidariedade entre os dois companheiros de armas (literalmente: “amou-o como à própria alma”, 1Sm 18,1.3). A solidariedade com o próprio povo e com os não-israelitas em seu meio é, portanto, muito estreita. Por via de contraste, Lv 19,17-18a nos ensina o que essa solidariedade não permite: ter pensamentos de ódio (rejeição) em relação ao compatriota israelita, embora se deva repreendê-lo quando preciso, e não se vingar ou ser rancoroso em relação “aos filhos de teu povo” (e, por ilação de 19,34, também em relação aos “migrantes” associados a Israel). Por outro lado, Jesus dá a entender que o *ethos* corriqueiro do judaísmo permitia e até ensinava o ódio aos que não eram compatriotas ou *gêrîm*, os “inimigos” (Mt 5,43).

Os judeus contemporâneos de Jesus conheciam a preeminência dos mandamentos do amor a Deus e ao próximo. Os escritos apócrifos testemunham isso. Os *Testamentos dos XII Patriarcas* escrevem: “Amai unicamente o Senhor e vosso próximo” (Test. Issacar 5,2a), “Eu também amei o Senhor de todo o coração e amei cada pessoa humana como meus próprios filhos” (Test. Issacar 7,6), “Amai o Senhor por toda a vossa vida e uns aos outros com corações sinceros” (Test. Dã 5,3), “Amai-vos uns aos outros como irmãos, assim como cada um ama a si mesmo” (Jubileus 36,4). Até a reciprocidade do amor vem à tona: “Todo aquele que segue os mandamentos do Senhor será amado por ele” (Test. José 11,2a). A Carta de Aristéias dedica-se inteiramente à “filantropia”, o amor para as pessoas humanas em geral, virtude altamente estimada pela cultura helenista, da qual o judaísmo participa no tempo de Jesus.<sup>1</sup>

Olhemos também a “regra de ouro” que Jesus cita no Sermão da Montanha como orientação geral para cumprir os mandamentos: fazer aos outros o que se deseja que eles façam a nós (Mt 7,12). As sabedorias helenística e oriental ensinam não fazer ao outro o que você não gosta que o outro lhe faça, mas isso não passa de uma hábil regra de prudência: não criar problemas com ninguém. Tal regra é citada no livro deuterocanônico de Tobias (Tb 4,15) e nas coleções rabínicas. A Carta de Aristéias (n. 207) ensina como regra política: “Se quiseres lograr toda coisa boa, faze o mesmo aos teus súditos”. Ora, a palavra de Jesus em Mt 7,12 (// Lc 6,31) tem uma forma positiva e abrangente que a distingue das fórmulas que acabamos de citar: “Tudo o que quiserdes que os homens vos façam, fazei-o assim também a eles”. A regra de ouro conhecida pelos ouvintes não tinha a força que Jesus lhe dá, a ponto de Mt 7,12b acrescentar: “Esta é a Lei e os Profetas”, isto é, a tradição normativa do povo de Deus.

1. Dados levantados por Lúcia Weiler, *O mandamento do amor em São João*, Rio de Janeiro, PUC, 1987 (diss. de Mestrado), p. 63-65. Também as conclusões do presente artigo se inspiram nesta dissertação.

Há, portanto, diversas tradições acerca da “orientação fundamental para a vida” dada por Jesus:

1) A “regra de ouro”, no Sermão da Montanha, Mt 7,12; Lc 6,31.

2) A discussão escolar em que Jesus ensina o duplo mandamento do amor a Deus e ao próximo, em Mc 12,28-34; Mt 22,34-40, com uma forma levemente diferente em Lc 10,25-28.

3) Além disso, temos, nos outros escritos do NT, textos que fazem do amor fraterno o ensinamento-mestre de Jesus: Rm 13,9; Gl 5,14 e Tg 2,8 (que o chama de “lei régia”).

4) Finalmente, temos a tradição joanina, que fala do mandamento do amor como testamento deixado por Jesus aos seus discípulos nos diálogos da despedida, Jo 13,34-35 e 15,12; nestes textos aparece um acréscimo significativo: Jesus, amando os seus “como o Pai me amou”, ensina a amar os irmãos “como eu vos tenho amado”. Este “como”, observou-se, não indica apenas um *modelo* (o que já não seria pouco: “Ninguém tem amor maior que aquele que dá a própria vida pelos que ele ama”, Jo 15,13, explicaria, neste sentido, o “como” de 15,12, o exemplo a seguir; cf. 1Jo 3,16). Aponta também o *fundamento* do ensinamento do amor: o amor de Deus que chega até nós através do amor de Jesus por nós é o fundamento de nosso amor aos irmãos. A tradição joanina ensina também que o amor ao irmão é condição necessária para se poder falar de amor a Deus: ninguém pode dizer que ama a Deus, que ele não pode ver, se ele não ama seu irmão que ele tem diante dos olhos (1Jo 4,20).

Observamos, portanto, a seguinte evolução. No Antigo Testamento, o amor a Deus, como adesão ao Deus da Aliança, aparece como o da solidariedade prática e generosa para com o compatriota israelita e para com o não-israelita associado ao povo. No Novo Testamento, o acento cai muito mais no mandamento do amor ao próximo, a tal ponto que Marcos o une inseparavelmente ao amor a Deus, Mateus os igualiza e Lucas os funde em uma só frase. Já em Paulo e Tiago é mencionado só o amor ao próximo como mandamento-chave. O amor ao próximo é considerado expressão e prova decisiva do amor a Deus (conferir Mt 25,31-46).

## O AMOR DE DEUS POR NÓS E O MANDAMENTO DO AMOR FRATERNAL

Ora, na tradição joanina, “mandamento” mesmo é só o amor ao irmão, não o amor a Deus. Decerto, 1João diz que *não se pode* amar a Deus sem amar ao irmão. Mas não diz que se *deve* amar a Deus. Isso parece pressuposto. Nem no evangelho, nem na carta João formula o amor a Deus como mandamento; dá-o por suposto.

A ausência de um mandamento do amor a Deus cabe totalmente dentro da lógica de João, ou melhor, dentro da sua concepção da dinâmica do amor cristão.

O “novo mandamento” (Jo 13,34), que de fato é antigo (1Jo 2,7), ensina a amar os irmãos (da comunidade) “como e porque” Jesus amou aqueles a quem ele se dirige; a marca de seu discipulado é o amor fraterno na comunidade (Jo 13,35). Em Jo 15,9, ele cita o amor do Pai como fundamento e modelo do amor que ele dedica aos discípulos, e estes, por sua vez, “habitando (permanecendo) no seu

amor” (15,9-11) devem amar-se mutuamente “como e porque” Jesus os amou, dando sua vida por eles. A “meditação” que é a 1João exprime a mesma corrente em palavras diferentes: Deus é amor, e isso se mostra no fato de ele ter enviado seu Filho, que deu sua vida por nós, pelo que nós devemos amar-nos mutuamente (1Jo 4,8-11; 3,16). O amor sai de Deus não para lhe ser devolvido; se lhe fosse devolvido, não seria o amor característico do Pai de Jesus Cristo, mas apenas um mútuo proveito como se oferecem também os gentios (Mt 5,46; Lc 6,32). O amor que sai de Deus não pode voltar a ele sem produzir aquilo para que foi enviado (conferir Is 55,10-11). O fruto que ele deve produzir é o amor fraterno: esse é o “mandamento” de Jesus na hora de sua despedida (Jo 15,17-18).

Não que João negue o amor a Deus, mas o que ocupa seu pensamento é outra coisa: o amor que sai de Deus e se manifesta para nós no dom da vida de Jesus, entendido como testemunho do amor do Pai a nós, pois o próprio Pai nos ama (Jo 14,23; 16,27). A intenção com que Deus manifesta esse amor não é que nós o amemos de volta, mas que façamos frutificar seu amor por nós no amor fraterno, que é o fruto do amor que Deus nos testemunha. A *gratuidade* é fundamental no amor de Deus por nós e, portanto, também no amor que dedicamos uns aos outros, que tem por *fundamento e modelo* o amor de Deus para com Cristo e de Cristo para conosco (“... como o Pai me amou ... como eu vos amei”).

#### AMAR DEUS E/OU O PRÓXIMO?

Nesta altura podemos encarar uma pergunta que, implícita ou explicitamente, permeia o cristianismo moderno ocidental: será preciso amar Deus para amar o próximo?

A pergunta não existe apenas no humanismo secularizante que desde o séc. XVIII influencia os círculos que se consideram “esclarecidos”. Existe também, embora talvez muda e sem palavras, em muitos cristãos atuantes no setor político, social, cultural etc. Ela se manifesta no abandono ou na extrema redução da prática religiosa enquanto dirigida a Deus: a oração, o culto etc. Parece um cristianismo reduzido à prática do amor fraterno e da solidariedade, sim ou não baseada numa análise crítica da sociedade. Admito que tal solidariedade não é pouco. Tiago diz que a verdadeira religião é isso aí (Tg 1,27), realçando a praticidade da caridade fraterna, como o faz também 1Jo 3,18.

Em resposta à pergunta levantada poderíamos fazer um raciocínio “kantiano”, mostrando que para amar o próximo como sujeito, por si mesmo, e não como objeto de nossa auto-afirmação, é preciso respeitar uma referência transcendente que podemos chamar de Deus; quem não se confronta continuamente com uma exigência superior vai amar o outro em função de seus próprios interesses. Mas a meditação dos escritos joaninos nos ensina uma compreensão mais profunda. Se Deus não é “objeto” de um mandamento de amor, não é porque o amor a *ele* não teria sentido, mas porque o amor *dele* para conosco é comunicativo. É na comunicação de seu amor, por meio de nós, que ele é amado do modo como convém. Existe, com relação ao amor a Deus, algo semelhante à dinâmica da manifestação de Deus: ninguém jamais viu Deus, ninguém jamais amou Deus (diretamente). Mas seu Filho no-lo deu a conhecer, e nos deu o amor que vem dele. Unidos a seu Filho,

observando o mandamento do amor fraterno que nos caracteriza como seus discípulos, estamos em comunhão de amor com o Pai, assim como escutando e contemplando Jesus conhecemos e vemos o Pai (Jo 14,9).

A questão, portanto, não é escolher entre o amor a Deus e o amor ao próximo, como sugere o pensamento que opõe a dedicação a Deus à dedicação às pessoas humanas, ou como de fato acontece num ativismo voltado só para a realização prática da solidariedade etc. Nossa visão deve ser inclusiva. Só podemos amar, no sentido de “aderir”, àquele que é a referência última, invisível, transcendente de nossa existência e de nossa história, se dedicamos a nossa vida a seus filhos, a quem ele dedicou seu amor que se encarnou em Jesus de Nazaré: “Quem ama aquele que gerou, ama também aqueles que por ele foram gerados” (1Jo 5,1).

\*\*\*

Poderíamos escrever muito mais, como diz Jo 21,25, sobre o mandamento do amor, como também sobre o sentido dos termos “próximo” ou “irmão”, sobre a conveniência do culto explícito a Deus etc. Mas aqui só queremos realçar a dinâmica do amor “fontal” de Deus, que, na ótica joanina, não exige ser amado, mas se alegra quando seu amor é comunicado, como o dono da vinha se alegra com a colheita (Jo 15,8). Esta compreensão joanina explica a preponderância do *mandamento* do amor fraterno no Novo Testamento em comparação com o *mandamento* do amor a Deus. “Nisto está o amor: não que nós temos amado a Deus, mas que ele nos amou e nos enviou seu Filho [...]. Amados, se Deus assim nos amou, nós também devemos amar-nos uns aos outros” (1Jo 4,10-11). Oxalá nosso amor fraterno tenha essa gratuidade com que nos amou aquele que é Amor e Fonte do nosso amor.

Johan Konings  
Caixa Postal 5047  
31611-970 Belo Horizonte, MG

